



27 DE JUNHO DE 2017

Terça-feira

- CURSOS DE JULHO NO SINDIMETAL/PR
- CENTRAIS MUDAM O TOM E JÁ FALAM EM 'MOBILIZAÇÃO' AO INVÉS DE 'GREVE GERAL'
- SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO ADERE À GREVE DO DIA 30
- NOVA GREVE GERAL EM CURITIBA DEVE TER ADESÃO MENOR. SAIBA QUEM VAI PARAR
- ÍNDICE DE PRODUÇÃO SOBE PARA 53,8 PONTOS EM MAIO, DIZ CNI
- MEIRELLES: OBJETIVO DA MEDIDA SOBRE VALORES DIFERENCIADOS É MELHORAR EFICIÊNCIA
- GOVERNO ABRE INSCRIÇÃO DE PROJETOS PARA FINANCIAMENTO PELO FUNDO BRASIL-CHINA
- BRASIL E ISRAEL AMPLIAM MECANISMO DE COOPERAÇÃO ENTRE EMPRESAS
- ARTIGO: SÓ OBRAS FINANCIADAS E ESTIMULADAS PELO SETOR PÚBLICO TIRAM PAÍS DA CRISE
- REFORMA TRABALHISTA ENTRA NA ÚLTIMA ETAPA ANTES DA VOTAÇÃO NO PLENÁRIO DO SENADO
- CCJ FARÁ DUAS AUDIÊNCIAS SOBRE A REFORMA TRABALHISTA NESTA TERÇA
- MEDIDA PROVISÓRIA PREVÊ QUARENTENA PARA ADOTAR JORNADA INTERMITENTE
- REFORMA TRABALHISTA EXPLICADA: FIM DO IMPOSTO SINDICAL OBRIGATÓRIO
- REFORMA TRABALHISTA EXPLICADA: A JORNADA INTERMITENTE E O TELETRABALHO
- TEMER SANCIONA PROGRAMA SEGURO-EMPREGO E MAIS 5 NOVAS LEIS
- LEI ALTERA PROGRAMA SEGURO-EMPREGO, QUE REDUZ JORNADA E SALÁRIO DE TRABALHADORES
- MAIA: REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE SER VOTADA SÓ EM AGOSTO
- PESQUISADORES MOSTRAM DIVERGÊNCIAS DE PROJEÇÕES NAS CONTAS DA PREVIDÊNCIA
- TENDÊNCIAS: COM CHANCE DE NOVAS DENÚNCIAS, MERCADO INCORPORARÁ RISCOS ÀS REFORMAS

- MERCADO DUVIDA DE REFORMA AMPLA DA PREVIDÊNCIA NA GESTÃO DE TEMER
- RECEITA TERÁ ATÉ 60 DIAS PARA PAGAR RESTITUIÇÃO DO SIMPLES E MEI
- BOE PEDE QUE BANCOS ELEVEM REQUERIMENTO DE CAPITAL
- PESQUISA APONTA AUMENTO NO NÚMERO DE CHEQUES DEVOLVIDOS
- TEMER SANCIONA LEI QUE PERMITE DESCONTOS EM PAGAMENTO À VISTA
- FGV: CONFIANÇA DO COMÉRCIO CAI 2,9 PONTOS EM JUNHO ANTE MAIO
- PESQUISA MOSTRA AUMENTO DA SATISFAÇÃO DE CLIENTES COM SERVIÇO DE ENERGIA
- FITCH REAFIRMA RATING DO BNDES, COM PERSPECTIVA NEGATIVA
- ETANOL SUBIU EM 6 ESTADOS, CAIU EM 19 E NO DF E FICOU ESTÁVEL NO AP, DIZ ANP
- RENAULT DUSTER GANHA CÂMBIO CVT E CONTROLE DE ESTABILIDADE PARA 'REAPARECER'; VEJA PREÇOS
- FINANCIAMENTO DE LEVES RECUA 2,6% ATÉ MAIO
- ZF BUSCA PARCERIAS PARA ACELERAR INOVAÇÃO
- PROTECIONISMO DOS EUA SOBRE O AÇO DEVE COLOCAR OMC EM 'SAIA JUSTA', DIZ BBH
- PORTO DE ANTONINA OBTÉM DO IBAMA LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA ÁREA PÚBLICA
- DÍVIDA EXTERNA ESTIMADA É DE US\$ 314,278 BI EM MAIO, DIZ BC
- INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS SOMA US\$ 2,926 BI EM MAIO, MOSTRA BC
- BOLSA RECUPERA 62 MIL PONTOS E DÓLAR VOLTA A R\$ 3,30
- COBRE TEM LEVE ALTA COM DÓLAR MAIS FRACO

CÂMBIO		
EM 27/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,319	3,319
Euro	3,758	3,760

Fonte: BACEN

Cursos de Julho no SINDIMETAL/PR

27/05/2017 – Fonte: SINDIMETAL/PR

C
U
R
S
O

Organização do Ambiente de Trabalho- 5S

Dias: 06 e 07 de Julho de 2017

Horário: das 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30.
Local: Sede do SINDIMETAL/PR| Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba- Curitiba.

Conteúdo Programático:

- * Sensibilização para a Qualidade Total;
- * Autocontrole pelo autoconhecimento;
- * Noções de planejamento de reunião;
- * Planejamento de implantação dos 5S;
- * Treinamento Prático para iniciar a implantação dos 5S;
- * Conscientização para o autodesenvolvimento;
- * Os 5S: seleção; arrumação; limpeza; padronização; autocontrole.

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: *R\$ 180,00
- ✓ Empresas Filiadas *R\$ 250,00
- ✓ Outros R\$ 360,00

* Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Faça AQUI a sua inscrição

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 30/06/2017

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Curso: Aperfeiçoamento em Legislação e Rotinas Trabalhistas



Dias: 10 a 18 de Julho de 2017

Local: SINDIMETAL/PR| Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba

Horário: das 8h30 às 12h30

Conteúdo Programático:

- ✓ Conceito de Trabalho;
- ✓ Tipos de contrato de trabalho;
- ✓ Jornada de trabalho (cálculos);
- ✓ Rescisão de contrato de trabalho;
- ✓ Adicional de periculosidade, noturno;
- ✓ Adicional de insalubridade (suas implicações em recolhimento previdenciário);
- ✓ Trabalho do menor;
- ✓ CIPA, SIPAT, PPRA, LTCAT, CAT;
- ✓ Férias;
- ✓ Remuneração e salário.

Investimento:

- ✓ Associados do SINDIMETAL/PR: *R\$ 220,00
 - ✓ Empresas Filiadas *R\$ 310,00
 - ✓ Outros R\$ 440,00
- * Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Acesse a programação completa clicando neste Box

Faça AQUI a sua inscrição

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 04-07-2017

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Centrais mudam o tom e já falam em 'mobilização' ao invés de 'greve geral'

27/05/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Manifestação convocada para a próxima sexta-feira, 30, até agora só tem adesão confirmada por metroviários, que dizem que vão cruzar os braços ao longo de todo o dia

Já esperando por uma mobilização menor do que a registrada na última greve geral, que aconteceu no final de abril, os sindicatos de categorias e as centrais sindicais baixaram o tom e, agora, chamam a manifestação convocada para a próxima sexta-feira, 30, como "dia de mobilizações e de paralisações".



Dos setores ligados ao transporte público, que tradicionalmente trazem maior impacto ao cotidiano das cidades, apenas os metroviários anunciaram que vão aderir à greve
Foto: Estadão

Com o intuito de protestar principalmente contra os projetos de reforma trabalhista e da Previdência, a manifestação foi convocada logo após a greve geral de 28 de abril e contou com forte adesão de setores-chaves, como o de transportes públicos e educação, nas principais cidades do País.

Dessa vez, apenas os metroviários já anunciaram que vão aderir à greve. Segundo comunicado publicado na página de internet do Sindicato dos Metroviários do Estado

de São Paulo, a paralisação da categoria será durante todo o expediente, das 4h40 de sexta-feira à 0h de sábado.

Os motoristas de ônibus e os ferroviários, da CPTM, ainda não têm um posicionamento. A Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP), que congrega os professores das escolas particulares, irá realizar uma reunião na terça-feira, 27, para definir se vai paralisar ou não as atividades.

De acordo com Celso Napolitano, presidente da entidade, a categoria chegará desmobilizada em virtude do início das férias de julho. "A orientação é para que aqueles que tiverem condições participem das manifestações na Avenida Paulista. Já os professores que ainda precisam dar aula são orientados a entrar em greve", conta.

Na União Geral dos Trabalhadores (UGT), o presidente Ricardo Patah confirma manifestações pelo Brasil, mas a mobilização não está sendo tratada como uma greve geral, como foi no dia 28 de abril.

Os sindicatos dos bancários e o dos metalúrgicos do ABC ainda aguardam assembleia, até a próxima quarta-feira, 28, para anunciar sua adesão ou não.

Motoristas de ônibus da capital paulista não devem parar. Segundo um funcionário do sindicato, "não há discussões internas nesse sentido, nem assembleias previstas".

Acordo. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, afirmou que a central aderiu à paralisação de sexta-feira. Sem chamá-la de "greve geral", segundo ele por um acordo entre os dirigentes, Juruna disse que todas as categorias representadas pela central foram convocadas para as manifestações em diversas capitais do País.

A lista com todas as categorias que irão aderir ao movimento deverá ser divulgada na quarta-feira, 28. Por enquanto, estão confirmados os metalúrgicos e profissionais das áreas têxtil e vestuário.

A CUT, e seus sindicatos integrantes, também confirma que participará da paralisação, mas não diz em que nível.

Abril. A última greve geral, que aconteceu no dia 28 de abril, afetou a rotina de cidades em todos os Estados. Com a adesão dos trabalhadores do setor de transportes, as ruas, principalmente das grandes cidades, ficaram vazias. Em São Paulo, os índices de congestionamento ficaram bem abaixo da média.

As avaliações sobre o movimento foram divergentes. O governo fez questão de afirmar, desde o início do dia, que a greve tinha adesão menor do que a esperada. As centrais sindicais, porém, asseguram que aquela foi a maior greve já registrada no País.

Sindicato dos Metroviários de São Paulo adere à greve do dia 30

27/05/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A categoria informou que a paralisação será durante todo o expediente

O Sindicato dos Metroviários do Estado de São Paulo confirmou ao **Estado** a participação na greve marcada para a próxima sexta-feira, 30, contra as reformas Trabalhistas e da Previdência. A paralisação da categoria será durante todo o expediente, das 4h40 de sexta-feira à 0h de sábado.

Na tarde de sexta-feira, 23, as Centrais Sindicais se reuniram para preparar o dia de paralisações e mobilizações que irão acontecer no país. A pauta principal do dia 30 de

junho é protestar contra a reforma trabalhista, que pode acabar com a obrigatoriedade da contribuição sindical, além de flexibilizar as regras de emprego.

Os motoristas de ônibus e os ferroviários, da CPTM, ainda não têm um posicionamento. Procurada, a Companhia do Metropolitano de São Paulo espera a assembleia do dia 29 para se manifestar sobre a paralisação dos metroviários e um possível acionamento do Plano de Atendimento entre Empresas de Transporte em Situação de Emergência (Paese).

Nova greve geral em Curitiba deve ter adesão menor. Saiba quem vai parar

27/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

Divididas, algumas das centrais sindicais definiram pauta sem paralisação



Greve geral convocada para sexta será a quarta do ano (foto: Franklin de Freitas)

Na próxima sexta-feira (30) está marcada a quarta greve geral nacional contra as reformas trabalhista e da previdência. Mas, diferente das três primeiras, a adesão de categorias deve ser menor em Curitiba.

Motoristas e cobradores de ônibus, por exemplo, que nas primeiras manifestações aderiram ao dia de greve, já informaram que não vão parar. Metalúrgicos também devem fazer apenas atos nas viradas de turno sem parar completamente.

As duas categorias são filiadas à Força Sindical, que optou por deixar uma paralisação total em uma outra data, conforme avancem os projetos no Congresso, além de outras questões, como uma sinalização do governo de debater alguns pontos da reforma.

Mas, outras categorias devem parar em Curitiba. Os bancários decidiram no dia 21 de junho, em assembleia, que irão parar à exemplo das outras manifestações. Os trabalhadores nas universidades federais também estão com o indicativo de greve para o dia 30. No site dos professores da UFPR também há o aviso de adesão à greve na sexta.

Até então, os dias de greve geral eram realizadas em acordo entre as nove centrais sindicais brasileiras. Elas foram realizadas nos dias 8 de março, 15 de março e 28 de abril, além do movimento Ocupa Brasília que aconteceu em 24 de maio.

Apesar desta discordância entre realizar um dia de greve geral, as centrais mantiveram alguns atos conjuntos, como manter a pressão aos parlamentares contra as reformas nas suas bases de apoio.

Índice de produção sobe para 53,8 pontos em maio, diz CNI

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A produção brasileira voltou a subir em maio, após ter recuado no mês de abril, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) na Sondagem Industrial. O índice que mede a evolução da produção ficou em 53,8 pontos no mês passado, 12,2 pontos a mais do que em abril (41,6 pontos).

Ao ficar acima de 50 pontos, o indicador mostra que houve avanço na produção ante o mês anterior. Foi a primeira alta para maio desde 2013, quando o índice ficou em 51,1 pontos. A utilização média da capacidade instalada também melhorou no mês passado, passando a 66%, mais do que os 63% registrados em abril. O indicador sinaliza queda da ociosidade industrial.

Mesmo assim, o economista da CNI Marcelo Azevedo observa que a reação de maio é insuficiente para configurar uma recuperação da atividade. "A reação veio depois de um mês muito atípico, com muitos feriados. É cedo para dizer que a recuperação de maio vai se sustentar nos próximos meses", afirma Azevedo, em comunicado da entidade.

Apesar dos sinais positivos na produção, o emprego no setor industrial continua em queda, mostra a Sondagem. O indicador ficou em 48,1 pontos, abaixo da linha divisória dos 50 pontos que separa dados negativos dos positivos.

A velocidade de retração nos postos de trabalho, porém, é menor do que a registrada nos meses anteriores, já que o resultado ficou 1,1 ponto acima do verificado em abril. "A distância do índice para a linha divisória é a menor desde abril de 2014", nota a CNI.

As perspectivas dos empresários apontam que o emprego continuará caindo no curto prazo. O indicador de expectativa de evolução do emprego nos próximos seis meses ficou em 48,8 pontos.

Os empresários, no entanto, estão mais otimistas com a evolução do consumo e das vendas externas, uma vez que esses indicadores ficaram acima dos 50 pontos. Mas as perspectivas positivas são insuficientes para estimular os investimentos. O indicador de intenção de investimento ficou em 46,5 pontos no mês passado.

Meirelles: objetivo da medida sobre valores diferenciados é melhorar eficiência

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira, 26, que o objetivo da medida que permite a cobrança de valores diferenciados conforme a forma de pagamento no comércio é melhorar a eficiência econômica. A medida foi sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, em cerimônia no Palácio do Planalto.

"Hoje temos, com a sanção da lei, avanço importante para modernizar o sistema de pagamentos", disse Meirelles. Segundo ele, a lei também objetiva reduzir o subsídio cruzado entre os consumidores. "Cada serviço tem um custo associado, então, é natural que tenha seu próprio preço", afirmou o ministro.

De acordo com Meirelles, a proibição provocava o repasse de preços a todos os consumidores. "Mesmo quem pagava à vista estava sujeito aos custos inerentes ao cartão de crédito", explicou.

Outro ponto importante da lei, conforme Meirelles, é que ela tem efeito positivo na questão de distribuição da renda. "Transferência entre aquele que paga à vista e aqueles que pagam com cartão. Isso é o subsídio cruzado", afirmou Meirelles. "Os portadores de cartão com média e alta renda recebem descontos e acesso a programas de recompensa", lembrou Meirelles. "Com a medida, o subsídio é eliminado."

O ministro afirmou ainda que os comerciantes poderão ter uma atuação mais independente, ao negociar, inclusive, com prestadores de serviços "Eles podem demandar menores taxas de juros em operações de antecipação de recebíveis, por exemplo", disse Meirelles. "E o uso de cartão não é menor nos países em que se permite descontos. O que se elimina é o subsídio."

Ele afirmou ainda que a medida nos cartões tem o efeito de minimizar a insegurança jurídica. Antes, os lojistas estavam proibidos de conceder descontos para pagamentos à vista, por exemplo. "Após a pior recessão brasileira, desde que começou medição do PIB, políticas para melhorar o ambiente de negócios são fundamentais", acrescentou o ministro.

Meirelles, o presidente Michel Temer, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero de Moraes Meirelles, participaram da cerimônia de sanção da lei que regulamenta a possibilidade de cobrança diferenciada de preços conforme o meio de pagamento. Essa possibilidade foi aberta em dezembro do ano passado, por meio da medida provisória 764, sancionada agora por Temer.

Os dados mais recentes do varejo brasileiro, divulgados em 13 de junho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam situação ainda difícil para o setor. As vendas subiram 1,50% em abril ante março e recuaram 0,4% em relação a abril de 2016. No acumulado de 2017, há queda de 1,8% e, nos 12 meses até abril, baixa de 6,3%.

Cartões de crédito

O diretor de Regulação do Banco Central, Otavio Ribeiro Damaso, afirmou nesta segunda que ainda não existe uma data para que sejam implementadas mudanças no prazo de pagamento, aos lojistas, das operações com cartões de crédito. Pleito antigo do setor varejista, a redução de prazo, de acordo com Damaso, ainda está em estudo no governo.

"A medida para mudar o prazo de pagamento a lojistas nas operações com cartão está em estudo", afirmou o diretor, durante coletiva de imprensa a respeito da lei que permite, aos lojistas, cobrarem dos clientes valores diferenciados conforme a forma de pagamento.

Essa possibilidade foi aberta em dezembro do ano passado, por meio da medida provisória 764.

Damaso disse que, desde que a possibilidade de descontos foi implementada, já é possível ver a efetividade sobre os descontos aplicados no varejo.

O assessor Especial de Reformas Microeconômicas do governo, João Manoel Mello, que também participou da coletiva, preferiu não mensurar o impacto positivo, para o varejo, já trazido pela medida, em vigor desde dezembro, quando a MP foi editada.

"A consequência evidente será a diminuição dos preços dos consumidores que pagarem à vista. Haverá ainda aumento de competição entre os meios de pagamento", citou. "Essas coisas são difíceis de mensurar. É difícil precisar um número aqui sobre o impacto já trazido. Seria irresponsável", acrescentou. "Mas posso garantir que a medida tem um efeito significativo sobre a eficiência do setor e para os consumidores."

De acordo com Damaso, o texto sancionado nesta segunda traz poucas alterações em relação à medida provisória de dezembro. Uma delas é a determinação que o lojista coloque, no estabelecimento, cartaz anunciando os descontos a serem praticados conforme a modalidade de pagamento. Além disso, as eventuais punições ao consumidor vão obedecer ao Código de Defesa do Consumidor.

Focus.

Questionado durante a coletiva sobre a redução das projeções para a inflação no Relatório de Mercado Focus, divulgado pelo Banco Central, Damaso preferiu não opinar sobre o assunto.

A coletiva contou ainda com a participação do superintendente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Éverton Correia, que comemorou a sanção da lei. Na mesma mesa que Damaso, ele defendeu uma redução mais rápida dos juros na economia. "Esperamos que a política monetária acelere a queda da taxa de juros", afirmou, ao falar de medidas que podem contribuir para o avanço do setor varejista.

Governo abre inscrição de projetos para financiamento pelo Fundo Brasil-China

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo brasileiro começou nesta segunda-feira, 26, a receber inscrições de projetos candidatos a financiamento ou participação no equity do Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, por meio da página do Ministério do Planejamento na internet.

A porta de entrada foi aberta hoje, segundo anunciou o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Jorge Arbache. Foi escolhido um horário que pudesse dar alguma isonomia entre os investidores nacionais e os chineses.

O Fundo terá um valor nocional de US\$ 20 bilhões e é uma experiência inédita tanto para o Brasil quanto para os chineses. Diferente dos demais 15 disponibilizados pelo país asiático, esse fundo tem gestão paritária, com três votos de cada lado. Além disso, os chineses abriram mão de exigir que os projetos financiados contratem construção ou comprem equipamentos na China.

"O ganho é a ponte que vamos fazer com a China", disse Arbache. Ele destacou a demonstração de confiança dos asiáticos, ao concordar em fazer com o Brasil algo singular. "Eles não têm isso com nenhum outro país, e isso não é pouco", destacou. "Acham que aqui tem boas oportunidades, mas também que o Brasil era o melhor candidato para criar junto algo tão novo."

A China vai usar essa experiência para replicar em outros países da América Latina, segundo informou o embaixador do país no Brasil, Li Jinzhang. "É suspeito que o fundo vai inspirar o relacionamento de outros países com o Brasil", disse Arbache. Segundo informou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, na última sexta-feira, Itália e França já demonstraram interesse em fazer algo semelhante.

O Fundo faz parte da estratégia brasileira de diversificar fontes de financiamento, principalmente para as concessões em infraestrutura, conforme comentou Dyogo.

Não se trata da alocação de recursos públicos, e sim de uma fórmula pela qual os governos dos dois países darão uma espécie de selo de qualidade para que os bancos dos dois lados entrem com financiamento ou mesmo com participação.

Do lado do Brasil, a preferência será dada para Caixa e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Do lado chinês, será o Claifund, que é o fundo de investimentos para a América Latina.

Os recursos serão alocados na proporção de três da China para um do Brasil. As taxas de juros serão determinadas a cada projeto. O financiamento poderá chegar a 100%, segundo Arbache.

Brasil e Israel ampliam mecanismo de cooperação entre empresas

27/05/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Panorama of Jerusalem old city. Israel

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, lançou ontem, 26, em Jerusalém, com o ministro da Economia e Indústria israelense, Eli Cohen, e o presidente da Autoridade Israelense de Inovação, Aharon Aharon, a expansão do mecanismo de projetos conjuntos entre empresas dos dois países.

Marcos Pereira também assinou o edital que amplia as opções que os empresários brasileiros interessados passam a ter para participar dos projetos conjuntos entre os dois países em tecnologia e inovação. O documento será publicado hoje, 27, no Diário Oficial da União.

Segundo o secretário de Inovação e Novos Negócios do ministério, Marcos Vinícius Souza, a novidade é que, além do financiamento, será oferecido um mecanismo de subvenção aos participantes da concorrência. Para participar, é preciso apresentar um projeto inovador e que envolva o desenvolvimento das tecnologias dos dois países.

O mecanismo de cooperação entre as empresas brasileiras e israelenses está em sua quarta edição. Do lado brasileiro o financiamento vem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Do lado israelense, vem do governo do país.

Missão internacional

Marcos Pereira está em Israel desde o fim de semana. O ministro participa de uma missão internacional que também terá visitas a Portugal e Espanha. Um dos objetivos da viagem é conhecer experiências em indústria 4.0, um tipo de indústria com uso intensivo de tecnologia e que é conhecida como a indústria do futuro.

Pereira e a comitiva brasileira também visitaram, em Israel, a Yissum, empresa de transferência de tecnologia da Universidade de Jerusalém, e a Usina de Sorek, maior planta de dessalinização do mundo.

Artigo: Só obras financiadas e estimuladas pelo setor público tiram país da crise

27/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A crise política é tão intensa que muita gente já desistiu de olhar para possíveis saídas que o país tem para escapar da recessão. Eu, não. Entendo que, mesmo numa

conjuntura em que as bases do sistema político estão em assustador processo de destruição, a condução econômica pode conseguir pelo menos atenuar a crise que joga 14 milhões de brasileiros no desemprego.

Essa forte recessão, que fecha empresas e extingue empregos, derruba a inflação —o país está à beira da deflação, uma doença tão perigosa quanto a inflação.

Existe um certo consenso a respeito de erros que levaram o país a esse quadro recessivo. As desonerações, reivindicação de toda a sociedade, talvez tenham passado do limite, o que ajudou a deteriorar as contas públicas.

O congelamento de tarifas também ultrapassou o nível do razoável, embora no caso da energia elétrica também houvesse um clamor geral pela redução dos custos que prejudicavam a competitividade da empresa brasileira.

Assumidos esses erros, entre outros, veio uma tentativa catastrófica de corrigi-los no início de 2015. A economia já estava em desaceleração.

Mesmo assim, foi aplicado um choque tarifário que elevou a inflação e levou o Banco Central a aumentar os juros, enquanto a equipe econômica tentava impor um feroz ajuste fiscal.

Em 2015 não se falava em outra coisa: ajuste fiscal, ajuste fiscal. Era um discurso único e depressivo, cujo resultado foi obviamente aprofundar a recessão.

O crescimento anêmico do PIB, de 0,5% em 2014, virou retração de 3,8% em 2015. Isso derrubou ainda mais as receitas do governo e aumentou o buraco nas contas, em vez de reduzi-lo.

O deficit primário, que era de 0,6% do PIB em 2014, subiu para 2,5% em 2015. Em resumo, erros foram cometidos e, na hora de corrigi-los, houve novos erros, porque a correção deveria ter sido feita de maneira mais suave.

Hoje, a despeito da angustiante crise política, há espaço para começar a levantar a economia e, à luz do passado recente, evitar a estratégia desastrosa de corrigir erros com outros erros.

Há uma tênue recuperação da economia a ser estimulada. O discurso da austeridade e das reformas precisa ser abandonado.

Não as iniciativas em si, que são necessárias, mas o discurso, que é monótono e depressivo. Em seu lugar tem de surgir o discurso do crescimento, do investimento, do desenvolvimento.

Não há outro caminho para sair da recessão que não passe por obras financiadas e estimuladas pelo setor público.

Estradas precisam e podem ser recapeadas; rodovias, asfaltadas; ferrovias, concluídas; obras de saneamento, iniciadas; concessões públicas, continuadas; escolas, construídas; habitações, financiadas.

Quem souber outro caminho que indique. O que está sendo trilhado, apoiado em reformas e austeridade, na esperança de que isso crie um ambiente de confiança, favorável a investimentos, é solução de longo prazo, de quem não se sensibiliza com o flagelo do desemprego.

Obras nessas áreas podem ter efeito imediato. Além de atender a carências básicas, criam emprego, impulsionam o consumo, destravam investimentos.

E de onde viria o dinheiro para essas obras? Parte do setor público e parte do privado. Não faz sentido, por exemplo, o BNDES estar guardando quase R\$ 200 bilhões em caixa enquanto o país derrete na recessão.

Assim como não faz sentido, após três anos de afundamento econômico, continuarmos com juros acima de 10% ao ano, essa aberração brasileira que virou chacota internacional, que inibe o crédito, os investimentos e cria custos inacreditáveis para o próprio governo.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Reforma trabalhista entra na última etapa antes da votação no plenário do Senado

27/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

O Senado deve encerrar nesta semana os debates sobre a proposta de reforma trabalhista nas comissões. Depois dessa etapa, o projeto segue para a fase final que é a votação no plenário da Casa. Segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), isso deve ocorrer até a primeira semana de julho. As informações são da Agência Brasil.

Na semana passada, após uma reunião tumultuada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) Jucá e os senadores de oposição conseguiram fechar um acordo. Os parlamentares concordaram que o relatório do peemedebista fosse apenas lido e que a votação do texto, favorável à constitucionalidade da proposta, ficasse para a reunião desta quarta-feira (28).

Antes, porém, a oposição garantiu nesta terça (27) a realização de mais uma rodada de audiências públicas com especialistas favoráveis e contrários ao texto. Entre os seis convidados que estão na pauta está o juiz do Trabalho Marlos Melek e o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury.

Também ficou acertado que antes da votação do relatório de Jucá, na quarta-feira, todos os votos em separado serão lidos entre 10h e 16h. O voto em separado é um voto divergente ao do relator da matéria.

Até nesta segunda (26), os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Paulo Paim (PT-RS) já haviam apresentado seus votos contrários à proposta. Entretanto, até o fim da discussão na CCJ outros podem ser apresentados por membros da comissão.

CCJ fará duas audiências sobre a reforma trabalhista nesta terça

27/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Proposições legislativas
- [PLC 38/2017](#)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promove duas audiências públicas na terça-feira (27) para discutir a proposta de reforma trabalhista ([PLC 38/2017](#)). Os debates

são resultado de acordo firmado entre o governo e a oposição, que promete não obstruir a votação do projeto, prevista para a quarta-feira (28).

A primeira audiência está marcada para as 10h. Participam da mesa a ministra Delaide Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); os juízes do Trabalho Marlos Augusto Melek e Rodrigo Dias; o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas.

A segunda audiência começa às 15h. Os senadores devem ouvir o presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Gonçalves de Araújo; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa; o professor da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) Antônio Galvão Peres; o presidente do PSB, Carlos Siqueira; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano; e o deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da reforma trabalhista na Câmara.

O requerimento para as duas audiências públicas é do senador Paulo Paim (PT-RS). Os debates ocorrem na sala 3, da Ala Alexandre Costa.

Medida provisória prevê quarentena para adotar jornada intermitente

27/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A medida provisória que modificará o projeto da reforma trabalhista vai prever uma quarentena de 18 meses para que um empregado contratado em tempo integral possa ser admitido em regime de jornada intermitente. Esse tipo de restrição não existe na proposta aprovada na Câmara e que tramita no Senado.

Esse é um dos pontos que o governo já definiu no texto que deve ser apresentado ao Congresso em julho. Para evitar mudanças no projeto aprovado pela Câmara em abril, o que implicaria atraso no cronograma previsto pelo Planalto, o governo se comprometeu a editar uma MP para acatar algumas alterações sugeridas por parlamentares.

O Ministério do Trabalho e um grupo de senadores da base trabalham com o prazo da próxima semana para uma versão final da MP.

Isso daria mais segurança aos parlamentares que pretendem votar a favor da reforma, mas que defendem modificações no texto.

A **Folha** teve acesso a trechos da MP, que ainda está em discussão.

As principais modificações serão feitas para regulamentar o trabalho intermitente, modelo em que um trabalhador pode ser contratado por hora ou para cumprir uma atividade específica.

De acordo com os elaboradores do projeto, o objetivo dessa modalidade de contrato é formalizar o trabalho no setor de comércio e serviços, especialmente na área de realização de eventos.

Também deverá ser eliminada a multa prevista na jornada. Pelo texto aprovado na Câmara, quando uma das partes não cumprisse o acordado, haveria uma cobrança de 50% do valor estipulado para a atividade, tanto por parte do empregado quanto por parte do contratante.

O governo ainda estuda regras para definir como os contratos para trabalho intermitente poderão ser desfeitos. Na MP em discussão já existe uma previsão para que um contrato perca automaticamente a validade após um ano sem realização de trabalho. Está em discussão se haverá a possibilidade de demissão.

O governo ainda não definiu pontos ligados ao acesso ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) nem sobre a forma como será feito o recolhimento e o acesso ao sistema previdenciário.

A ideia no momento é que, em cada pagamento, o empregado receba o proporcional de férias, décimo terceiro, repouso semanal remunerado e demais adicionais.

Nas reuniões em que a edição da MP está sendo discutida, a base do governo concordou ainda que o presidente Michel Temer modifique alguns trechos do projeto por meio de vetos. Com isso, sairiam do texto, por exemplo, a possibilidade de negociação do intervalo para almoço, a revogação dos 15 minutos de descanso antes de a mulher fazer hora extra e a nomeação de um representante dos trabalhadores dentro das empresas.

Pelo calendário do governo, a reforma trabalhista deve ser analisada pelo plenário do Senado, última etapa de tramitação, na próxima semana. Nesta quarta-feira (28), o texto será apreciado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Reforma trabalhista explicada: fim do imposto sindical obrigatório

27/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

O imposto sindical não será mais compulsório com a reforma trabalhista. Quem explica a mudança é o juiz do trabalho Marlos Melek

<https://www.youtube.com/watch?v=MlFKwaGnI98>

Reforma trabalhista explicada: a jornada intermitente e o teletrabalho

27/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Com a nova lei trabalhista, serão regulamentados a jornada intermitente e o teletrabalho. O juiz do trabalho Marlos Melek explica o que muda

<https://www.youtube.com/watch?v=MlFKwaGnI98>

Temer sanciona Programa Seguro-Emprego e mais 5 novas leis

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 27, traz seis leis sancionadas pelo presidente Michel Temer. Dentre elas, está a Lei 13.455/2017, assinada nesta segunda-feira, 26, durante cerimônia no Palácio do Planalto e que autoriza a diferenciação de pagamentos de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do meio de pagamento, regulamentando descontos em compras à vista ou pagas em dinheiro em espécie.

Foi sancionada também a Lei 13.456/2017, que formaliza a mudança de denominação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) para Programa Seguro-Emprego (PSE). Segundo a lei, a adesão de empresas ao PSE pode ser feita perante o Ministério do Trabalho até o dia 31 de dezembro de 2017, observado o prazo máximo de

permanência de 24 meses. Para preservar empregos, a lei permite às empresas reduzir salários e a jornada de trabalho de seus empregados.

A lei que trata do pente-fino na concessão de benefícios do INSS e cria um bônus de produção aos médicos peritos que atuarem na revisão também foi sancionada, com um veto. O veto refere-se ao trecho que atribuía aos peritos do INSS atestar os detalhes e as condições para a efetiva recuperação do segurado afastado do trabalho por motivo de saúde.

Outra lei sancionada prorroga até 8 de janeiro de 2022 a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre. O texto foi publicado com dois vetos.

Ainda foram publicadas a lei que dispõe sobre os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com vetos, e a lei que trata da participação, proteção e de defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Lei altera Programa Seguro-Emprego, que reduz jornada e salário de trabalhadores

27/05/2017 – Fonte: Notícias do Senado



- Proposições legislativas
- [MPV 761/2016](#)

Novas regras serão aplicadas para o Programa Seguro-Emprego (PSE), que permite a redução em até 30% da jornada e salários de trabalhadores de empresas com dificuldades financeiras.

É o que prevê a Lei [13.465/2017](#), sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada nesta terça-feira (27) no *Diário Oficial da União*. O texto ainda prorroga o PSE e permite a contratação de idosos, estagiários, pessoas com deficiência e ex-presidiários.

A nova lei tem origem no Projeto de Lei de Conversão 7/2017, decorrente da Medida Provisória [\(MP\) 761/2016](#) e que foi aprovado [no Senado no último dia 31](#). Está valendo a partir desta terça-feira.

O texto traz mudanças ao Programa de Proteção ao Emprego (instituído pela Lei [13.189/2015](#)), que passa a se chamar Programa Seguro-Emprego (PSE).

Podem aderir ao PSE as empresas de todos os setores com dificuldade financeira que celebrarem acordo coletivo de trabalho específico de redução de jornada e de salário, que poderão ser diminuídos em até 30%.

Enquanto vigorar a adesão ao PSE, a empresa fica proibida de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa os empregados com jornada reduzida. Após o término, essa proibição se estende por um terço do período de adesão ao Programa. Foi prorrogado o prazo de adesão ao PSE de dezembro de 2016 para dezembro de 2017. A previsão de sua extinção passou de 2017 para dezembro de 2018.

Justificativa

A MP 761/2016 foi editada por Temer em dezembro do ano passado. Segundo o governo, ao reduzir os custos da mão de obra o programa diminui o número de demissões nas empresas em dificuldades financeiras temporárias. O Executivo também alega que manutenção dos empregos é indispensável para a retomada do crescimento econômico.

A despesa com o PSE é estimada em R\$ 327,3 milhões em 2017 e R\$ 343,4 milhões em 2018. Os cálculos baseiam-se em um público de 55 mil trabalhadores, atualmente coberto pelo programa, e pelo período médio de 5,6 meses de duração. Além disso, a adesão de novas empresas ao PSE está sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira a ser fixada pelo Executivo.

Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o governo federal pagará até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% (R\$ 1.068,00) do teto do seguro-desemprego (atualmente em R\$ 1.643,72).

Durante a vigência do Programa, o Ministério do Trabalho terá que enviar semestralmente aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Casa Civil informações que permitam avaliar a efetividade do PSE.

Adesão

A nova lei altera o critério de adesão de empresas pelo Indicador Líquido de Empregos (ILE), que na prática representa o balanço de demissões e abertura de novos postos de trabalho na firma durante o ano.

As empresas participantes são proibidas de contratar funcionários para executar as mesmas atividades exercidas por empregado abrangido pelo programa, o que já era previsto na legislação anterior. Mas abre exceções para os casos de efetivação de estagiário, contratação de pessoas com deficiência e ex-presidiários.

A nova lei mantém as regras relativas aos acordos coletivos necessários à adesão ao programa. Permite ainda que o número total de trabalhadores e de setores abrangidos pelo PSE, bem como o percentual de empregados, possa ser alterado sem a formalização de um aditivo contratual.

As empresas que aderirem ao programa de forma fraudulenta deverão devolver o valor integral recebido do governo acrescido de juros com base na taxa Selic.

Maia: reforma da Previdência pode ser votada só em agosto

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) afirmou nesta segunda-feira, 26, que a reforma da Previdência pode ser votada no plenário da Câmara apenas em agosto.

Como o Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, publicou na semana passada, o governo já admite mais atrasos na votação da proposta com a perspectiva de o presidente Michel Temer (PMDB) ser denunciado pelo Ministério Público.

“Pode ser só em agosto, vamos aguardar”, disse Rodrigo Maia após um debate sobre reforma política na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Ele afirmou que, para a reforma voltar à tramitação na Casa, o Congresso precisa superar a crise e analisar a eventual denúncia contra Temer. “Vamos passar essa crise para que a gente volte a discutir a reforma da Previdência com condições de aprovar um texto que garanta a solvência do sistema”, disse Maia.

O presidente da Câmara disse ainda "torcer" para que o Senado aprove a reforma trabalhista na próxima semana.

Pesquisadores mostram divergências de projeções nas contas da Previdência

27/05/2017 – Fonte: Senado Notícias

Em audiência na CPI da Previdência, na segunda-feira (26), pesquisadores apontaram erros nas projeções do governo de envelhecimento da população. Esses equívocos, segundo disseram, vinham se repetindo nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desde 2002, aparentando um rombo de mais de R\$ 100 bilhões. Isso estaria sendo usado para justificar a reforma da Previdência.

O professor Carlos Lisboa Frances, da Universidade Federal do Pará, explicou que esses equívocos nos números de aposentados vêm sendo acumulados para as projeções de longo prazo, gerando "um erro estatístico gigantesco".

Para o presidente da CPI da Previdência, senador Paulo Paim (PT-RS), o problema está nas projeções, e não nas contas da Previdência. Paim afirmou que "não existe rombo da Previdência. Existe o roubo na Previdência". A reportagem é de Carlos Penna Brescianini, da [Rádio Senado](#).

Tendências: com chance de novas denúncias, mercado incorporará riscos às reformas

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A chance de ocorrerem novas denúncias contra o presidente Michel Temer levará o mercado a passar a incorporar paulatinamente riscos em relação à aprovação das reformas estruturantes, disse no fim da noite desta segunda-feira Rafael Cortez, analista político da Tendências Consultoria Integrada. Ele fez a previsão após o Procurador Geral da República (PGR), Rodrigo Janot, ter oferecido denúncia contra o presidente da República por corrupção passiva no caso da JBS.

De acordo com Cortez, embora a denúncia estivesse sendo esperada, ela gera um fato novo que aumenta as repercussões políticas, dificultando a comunicação do governo, seja na esfera legislativa, em relação à tramitação das reformas, seja no processo de defesa do mandato. "Afeta também a relação do governo e os sinais que ele emite para o mercado", disse o analista.

Para Cortez, ficou o sinal de que mesmo que Temer permaneça no governo, ocorrerá um efeito relevante do ponto de vista do timing da aprovação das reformas no sentido da medida em si e de seu conteúdo. Na avaliação do analista, dado que o ministro da Fazenda já disse que não há um plano B no tocante às reformas, o governo precisará fazer algumas mudanças de conteúdo para tentar viabilizar as mesmas.

"Mas isso passa a ser secundário porque o pouco capital político do governo deverá ser usado para tentar afastar o risco da interrupção (do mandato de Temer)", previu Cortez. Para ele, o que pode levar este governo a seguir até 2018 é o elevado custo de se tentar encontrar um outro plano político alternativo que contemple uma série de interesses partidários e na relação com a sociedade.

Mercado duvida de reforma ampla da Previdência na gestão de Temer

27/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Investidores e analistas do mercado financeiro passaram a descartar a aprovação de uma reforma da Previdência robusta pelo governo Michel Temer e agora projetam alterações profundas nas regras de aposentadorias apenas a partir de 2019, com um novo presidente.

Para gestores de fundos de investimentos e economistas, o enfraquecimento de Temer com a delação da JBS e a imprevisibilidade da crise política fizeram desmoronar o poder de que o governo precisaria para aprovar uma pauta considerada impopular.

Na avaliação do mercado, Temer só terá força para aprovar uma versão leve da reforma, que estabeleça, por exemplo, uma idade mínima de aposentadoria.

Mudanças nas regras da previdência rural, de pensões e de benefícios assistenciais precisariam ser enviadas ao Congresso pelo próximo governo, eleito em 2018.

"Provavelmente, a reforma previdenciária não vai ser possível na dimensão necessária, mas quero crer que algo vai ser possível. Não vai ser agora que será feito direito, mas tem que ser feito", disse Roberto Setubal, presidente do conselho do Itaú Unibanco, em evento da XP Investimentos no fim de semana.

"A gente não escapa disso com qualquer um que ganhar no ano que vem, porque o Brasil é ingovernável com um teto de gastos se a reforma da Previdência não for feita", afirmou Luis Stuhlberger, gestor do fundo Verde, no mesmo evento.

"Vai sair de qualquer jeito. A discussão vai ser qual o modelo da reforma, e não se vai ou não ter reforma."

Alan Marques/Folhapress



O banqueiro Roberto Setubal, presidente do conselho do Itaú Unibanco

Trata-se de uma revisão das expectativas do mercado diante da crise política, uma vez que o governo Temer era visto como uma gestão com apoio parlamentar suficiente para fazer avançar reformas impopulares e recuperar o equilíbrio fiscal, antes das pressões eleitorais de 2018.

A instabilidade provocada pelas revelações da JBS e a incerteza quanto a uma possível sucessão de Temer, entretanto, fizeram com que analistas adotassem posições mais cautelosas em relação à economia e à pauta política.

A aposta do mercado, por ora, é a manutenção de Temer no poder com a perspectiva de aprovação da reforma trabalhista no Senado e da articulação de mudanças mais leves na Previdência. O próprio governo já trabalha com essa hipótese e negocia mudanças no projeto com parlamentares aliados.

Setubal afirma serem importantes a manutenção da atual equipe econômica e a eleição, em 2018, de um candidato alinhado com a pauta das reformas. "Elegendo a pessoa certa, a gente pode virar essa página da Lava Jato e desses problemas todos."

Receita terá até 60 dias para pagar restituição do Simples e MEI

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Receita Federal terá um prazo de até 60 dias para pagar a restituição dos contribuintes do Simples e do Microempreendedor Individual (MEI). A partir do dia 30, o pedido de restituição poderá ser feito de forma simplificada e eletrônica. A norma será publicada nesta terça-feira, 27, no Diário Oficial da União.

Com o pedido eletrônico, o procedimento de auditoria do crédito e do pagamento da restituição estará concluído em até 60 dias da data do pedido, para os casos regulares.

“O dinheiro terá que cair na conta do contribuinte nesse prazo”, disse ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o subsecretário de Arrecadação da Receita, Carlos Roberto Occaso.

Na nova sistemática, o contribuinte que tenha efetuado pagamento indevido ou em valor maior do que o devido, referente aos tributos federais administrados pela Receita poderá solicitar a restituição diretamente no portal do Simples Nacional na internet.

Segundo Occaso, na sistemática atual o contribuinte recebe a restituição em prazo superior a um ano.

O novo funcionamento evita a necessidade de o contribuinte deslocar-se a uma unidade de atendimento para entregar o seu pedido de restituição.

Os pedidos acumulados, à espera da restituição, já somam mais de 100 mil. A simplificação beneficia mais de 11 milhões de optantes do Simples e do MEI em todo o País. O contribuinte poderá acompanhar o andamento do seu pedido diretamente no Portal do Simples Nacional.

Segundo o subsecretário, a restituição eletrônica faz parte do conjunto de medidas microeconômicas que foi anunciado no final de 2016 para a melhoria do ambiente de negócios do País.

BoE pede que bancos elevem requerimento de capital

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O banco da Inglaterra (BoE) informou nesta terça-feira que os bancos precisam elevar seu colchão de capital nos próximos meses para proteger o sistema financeiro britânico de riscos financeiros que vão desde o Brexit até a instabilidade da China.

O chamado “requerimento de capital contracíclico” foi elevado para 0,5% (atualmente zero) e deve subir novamente para 1,0% em novembro.

Os bancos terão seis meses para se ajustar as regras, que representam cerca de 11,4 bilhões de libras em requerimentos extras de capital na indústria como um todo.

Segundo um relatório bianual do comitê de política financeira da instituição, existem “bolsões de risco” no sistema financeiro que precisam da vigilância dos reguladores e dos emprestadores.

No fronte doméstico, o BOE afirmou que empréstimos não garantidos estão crescendo rapidamente e que os padrões de empréstimo para o mercado de hipotecas parecem estar se deteriorando.

Em relação ao exterior, existem as ameaças trazidas por um processo desordenado de saída da União Europeia e riscos mais amplos como o da bolha da dívida da China, que permanecem “pronunciados”.

Em julho do ano passado, as autoridades reduziram o requerimento para zero como parte de um pacote de medidas de apoio à economia após a vitória do Brexit.

Pesquisa aponta aumento no número de cheques devolvidos

27/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

A taxa de devolução de cheques por falta de fundos no país passou de 2,14%, em abril, para 2,15%, em maio último, em relação ao total de documentos compensados no período, segundo o Indicador Serasa Experian de Cheques Sem Fundos. No acumulado dos cinco primeiros meses, o percentual alcançou 2,18%.

As informações são da Agência Brasil. Foram devolvidos 958.819 cheques por insuficiência de saldo, de um total de 44.575.586 compensados. No último mês de abril, foram registradas 815.503 devoluções de um total de 38.068.259 compensados.

Em nota, os economistas da Serasa Experian disseram que a inadimplência com cheques reflete a atuação de forças antagônicas que se anulam no curto prazo. "Por um lado, há a redução da inflação e dos juros, que favorece o recuo dos índices de inadimplentes, mas, por outro lado, o elevado nível de desemprego no país acaba atuando na direção contrária, pressionando para cima a inadimplência".

Para os economistas, a melhora no quadro só deve ocorrer quando a taxa de desemprego começar a cair. A Região Norte lidera a inadimplência com cheques, apresentando taxa de 4,23% nos cinco primeiros meses do ano. Em sentido oposto, a Região Sul mostra a menor proporção (1,82%). O maior calote ocorreu no Amapá (18,69%) e a taxa mais baixa foi verificada em São Paulo (1,73%).

Temer sanciona lei que permite descontos em pagamento à vista

27/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente Michel Temer sancionou, nesta segunda-feira (26), a lei que permite aos comerciantes diferenciar a cobrança de preços para pagamento à vista e a crédito.

A mudança, que é prerrogativa dos comerciantes, ou seja, pode ou não ser adotada, havia sido proposta em dezembro do ano passado através de medida provisória, e já está em vigor desde então. Foi aprovada pelo Congresso e enviada para sanção de Temer.

Até agora, o comércio não tinha autorização legal para cobrar valores menores em preços à vista. Como os preços tinham que ser iguais, e a taxa média cobrada das operadoras de cartão é de 5%, os valores à vista acabavam sendo impactados. Um ponto foi adicionado à MP: que os comerciantes informem em local visível sua política de descontos.

Em discurso, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a iniciativa é importante para a "evolução do sistema financeiro" e que seu principal objetivo é aumentar a eficiência e a transparência no ambiente regulatório.

"Hoje temos, com a sanção da lei, avanço importante para modernizar o sistema de pagamentos. Cada serviço tem um custo associado, então, é natural que tenha seu próprio preço", afirmou.

Ele disse ainda que a proibição provocava repasse de preços a todos os consumidores e que a medida tem efeito positivo na distribuição de renda.

"Os portadores de cartão com média e alta renda recebem descontos e acesso a programas de recompensa. Com a medida, o subsídio é eliminado", afirmou.

PESQUISA

Segundo pesquisa da CNDL (Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas), 77% dos brasileiros tem como prática pedir descontos. "E 75% dos empresários estão adotando esse tipo de prática", afirmou Honório Pinheiro, presidente da entidade.

Desde que a MP passou a valer, três em cada 10 micro e pequenos empresários de comércio e serviços afirmaram que perceberam aumento nos pagamentos realizados à vista, de acordo com a CNDL.

De acordo com João Manoel Pinho de Mello, chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, a expectativa é que a medida tenha efeitos significativos sobre o comércio.

"Vai reduzir os preços aos consumidores que pagarem a vista, mas também aumentará a competição", afirmou. "O varejo é competitivo, em indústrias competitivas, a transmissão para os preços é imediata", disse.

FGV: confiança do comércio cai 2,9 pontos em junho ante maio

27/05/2017 – Fonte: EM.com

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) recuou 2,9 pontos na passagem de maio para junho, saindo de 88,6 pontos para 85,7 pontos, informou nesta terça-feira, 27, a Fundação Getulio Vargas (FGV), que divulgou a Sondagem do Comércio.

Com a queda de junho, o Icom voltou ao nível de março. A piora da crise política, com o envolvimento do presidente Michel Temer na delação premiada dos executivos do frigorífico JBS, e a demanda fraca foram citados como motivo para a queda.

"A redução da confiança do comércio em junho foi bastante influenciada pelo aumento da incerteza a partir de 17 de maio. Mas houve, além disso, piora da percepção das empresas em relação ao nível atual da demanda, sugerindo uma leitura pouco favorável da atual conjuntura", diz a nota divulgada pela FGV.

Mesmo com a queda em junho, o indicador de média móvel trimestral ficou estável em relação a maio, "sustentado pelas altas dos meses anteriores".

Segundo a FGV, a queda do Icom em junho ocorreu em oito dos 13 segmentos pesquisados e foi determinada tanto pela piora no Índice de Situação Atual (ISA-Com), que recuou 3,3 pontos, para 79,6 pontos, quanto pelo Índice de Expectativas (IE-Com), que caiu 2,4 pontos, para 92,4 pontos.

A queda no IE-Com foi a segunda seguida, mas o movimento não foi homogêneo entre os diferentes segmentos do setor. Enquanto o IE-Com dos revendedores de bens não duráveis caiu 4,4 pontos no mês, o IE-Com dos revendedores de duráveis subiu 0,5 ponto no mês, mantendo a tendência de alta iniciada em janeiro na série de médias móveis trimestrais.

Para os revendedores de duráveis, o IE-Com está se aproximando de 100 pontos, movimento que, segundo a FGV, "parece estar ligada tanto a uma efetiva melhora das vendas a partir de março quanto a um otimismo com a manutenção da tendência de redução dos juros".

"Sustentados pela melhora das vendas após a liberação de recursos de contas inativas do FGTS e pelo otimismo com a tendência de queda dos juros, as expectativas dos revendedores de duráveis mantiveram em junho a fase ascendente", diz a nota da

FGV.

A edição de junho da Sondagem do Comércio coletou informações de 1.139 empresas entre os dias 1º e 23 deste mês.

Pesquisa mostra aumento da satisfação de clientes com serviço de energia

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A qualidade do serviço prestado pelas distribuidoras de energia elétrica subiu na avaliação dos clientes, de acordo com uma pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida subiu para 76,8% neste ano, ante 74,4% no ano passado.

De acordo com o presidente da Abradee, Nelson Leite, o índice havia caído bastante no ano passado devido aos efeitos do tarifação de 2015, quando a conta de luz subiu 50%. Dois anos depois, esses efeitos foram absorvidos, disse o executivo, o que permitiu que o índice de satisfação voltasse à média verificada entre 2010 e 2015.

Leite destacou que o crescimento da satisfação dos clientes entre 2016 e 2017 foi de 3,2%, acima da margem de erro da pesquisa, de 1,3%, para mais ou para menos. "Retomamos o patamar de resultados que tivemos entre 2010 e 2015, na faixa de 77%", disse.

Do ano passado para cá, o aumento da satisfação foi verificado em todas as regiões do País, exceto no Nordeste, onde a variação foi positiva, mas se manteve dentro da margem de erro. A pesquisa foi realizada 26.575 consumidores entre os dias 4 de março e 16 de abril, em 871 municípios em todos os Estados do País. Foi a 19.ª edição do levantamento, que envolveu 49 empresas.

A Abradee destacou ainda que o maior componente das tarifas hoje são impostos e encargos setoriais, taxas que financiam programas sociais e subsídios do governo. Em 2016, de cada R\$ 100,00 pagos na tarifa, 42,1% foram para tributos e encargos, 39,7% para a energia, 15,6% para a distribuição e 2,7% para a transmissão.

As distribuidoras de energia atendem hoje 81 milhões de unidades consumidoras. As empresas tiveram receita bruta de R\$ 216 bilhões no ano passado e contribuíram com 3,5% do PIB. As empresas investiram R\$ 13,8 bilhões no ano passado e empregam 209 mil pessoas.

Fitch reafirma rating do BNDES, com perspectiva negativa

27/05/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A agência de classificação de risco Fitch reafirmou o rating de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em BB, com perspectiva negativa. O rating em escala nacional também foi mantido em AA+(bra), com perspectiva negativa.

Em comunicado divulgado nesta segunda-feira, 26, a Fitch afirma que a reafirmação das notas do BNDES "reflete a visão de que o banco receberia apoio do governo federal, caso necessário, além de o BNDES estar alinhado com os ratings soberanos do Brasil". Para a agência, isso reflete a total participação do governo federal e seu principal papel político na implementação de políticas econômicas governamentais.

Já a perspectiva do rating de longo prazo do BNDES permanece negativa, "refletindo a perspectiva das classificações soberanas". A Fitch diz acreditar que o BNDES, semelhante a outras instituições públicas, permanece sujeito a influência política devido à natureza estatal e às fortes ligações com o governo. "A gestão executiva do

BNDES geralmente sofre mudanças após mudanças no governo”, diz a Fitch, citando a alteração na presidência do BNDES, com a entrada de Paulo Rabello de Castro após a demissão de Maria Silvia Bastos.

Etanol subiu em 6 Estados, caiu em 19 e no DF e ficou estável no AP, diz ANP

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os preços do etanol hidratado nos postos brasileiros subiram em seis Estados, caíram em outros 19 e no Distrito Federal e ficaram estáveis no Amapá na semana encerrada no sábado, 24. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na semana anterior a ANP havia apontado alta em 7 Estados e no Distrito Federal, queda em outros 16 e estabilidade em Sergipe e Tocantins. A falta de dados comparativos tinha impedido a avaliação sobre Roraima. No período de um mês, as cotações do produto acumulam alta em apenas um Estado, Maranhão. No Amapá os preços ficaram estáveis nos últimos 30 dias.

Em São Paulo, principal Estado produtor e consumidor, a cotação caiu 0,83% na semana, para R\$ 2,257 o litro, e no período de um mês acumula baixa de 5,37%. Na semana, o maior avanço das cotações foi registrado em Roraima (6,32%), enquanto o recuo mais significativo ocorreu no Ceará (2,64%). A maior alta mensal, de 0,24%, foi observada no Maranhão e a maior queda foi em Mato Grosso (9,05%).

No Brasil, o preço mínimo registrado para o etanol foi de R\$ 1,79 o litro, em São Paulo, e o máximo foi de R\$ 4,15 o litro, no Rio Grande do Sul. Na média, o menor preço foi de R\$ 2,19 o litro, em Mato Grosso, e o maior preço médio foi verificado no Amapá, de R\$ 3,87 o litro.

Competitividade

Os preços do etanol hidratado permaneceram competitivos ante os da gasolina apenas em Mato Grosso e São Paulo na semana passada, a sexta consecutiva. Nos demais Estados e no Distrito Federal a gasolina ainda é mais vantajosa. Os dados são da ANP. Em Mato Grosso, o etanol equivale a 61,76% do valor cobrado pela gasolina, e em São Paulo, a 67,94% – a relação é favorável ao biocombustível quando está abaixo de 70%.

Em São Paulo, o etanol ficou cotado, em média, a R\$ 2,257 por litro nesta semana. A gasolina, em R\$ 3,322 por litro.

Renault Duster ganha câmbio CVT e controle de estabilidade para 'reaparecer'; veja preços

27/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

SUV compacto, que já foi vice-líder em vendas no segmento, herda equipamentos do 'irmão' Captur para peitar os rivais



Enquanto aguarda a mudança de geração, que estreia em setembro no **Salão de Frankfurt** mas ainda sem previsão para chegar ao Brasil, o **Renault** ganha melhorias para encarar a disputa acirrada no segmento de **SUVs/ crossovers compactos**.

O modelo passa a contar com duas novas versões equipadas com o **câmbio automático** do tipo **CVT** (continuamente variável) associado à motorização 1.6 da família S Ce (114 cv/ 120 cv - gasolina/etanol).

Feito com bloco de alumínio, o propulsor traz a tecnologia ESM, que recupera a energia dos giros em desacelerações a fim de alimentar a bateria.

O SUV compacto assim repete o que fez o irmão **Captur**, com quem compartilha plataforma e que chega às lojas nesta semana com este novo casamento.



O **Duster** 1.6 CVT está disponível nas versões Expression, por R\$ 73.490 e Dynamique, por R\$ 78.990. Ambas R\$ 5,5 mil mais caras do que as respectivas versões dotadas de transmissão manual. O propulsor 2.0 segue com o câmbio automático de 4 marchas, vendida por R\$ 85.070, além da manual de seis marchas, com tração 4x2 ou 4x4.

Controle de estabilidade

As novidades não param por aí. As novas configurações vêm equipadas com assistente de partidas em rampa e controles de tração e estabilidade, itens de segurança que, curiosamente, não estão presentes nos acabamentos mais caros 2.0, nem como opcionais.

A transmissão **X-Tronic CVT** é a mesma do **Captur** e similar à do **Nissan March, Versa e Kicks**, porém com ajuste diferente. No caso da **Renault**, ela permite a troca sequencial de marchas, uma vez que há a simulação de 6 velocidades, o que não acontece na montadora japonesa.



As versões entregam de série direção eletro-hidráulica, tecnologia Eco-mode (reduz o consumo de combustível em até 10%) e sistema de multimídia MediaNav com tela sensível ao toque, além de oferecer 475 litros de capacidade no porta-malas.

Com as novidades, a fabricante francesa espera retomar o bom volumes de vendas e viver algo parecido quando chegou a ser vice-líder do segmento. Hoje ocupa o sexto lugar no ranking dos mais emplacados, com 8.724 unidades até maio. Logo acima dele estão rivais diretos como **Nissan Kicks** (10.759) e **Ford EcoSport** (10.914).

Segundo a **Renault**, o **Duster** 1.6 **CVT** deve representará 55% das vendas do modelo.

Financiamento de leves recua 2,6% até maio

27/05/2017 – Fonte: Automotive Business

Mesmo com o aumento de 2,2% das vendas de veículos leves novos entre janeiro e maio deste ano sobre iguais meses do ano passado o total de financiamentos ficou 2,6% menor nesta mesma base de comparação, o que pode indicar que mais

compradores, principalmente pessoas jurídicas, estão elevando os pagamentos à vista, ao mesmo tempo em que estão aumentando sua participação nas vendas.

Os dados são da B3, empresa que opera o sistema nacional de gravames, cadastro das restrições financeiras de veículos, e apontam que foram 419,3 mil unidades compradas a prazo nos primeiros cinco meses do ano, entre automóveis e comerciais leves, contra as 430,5 mil registradas há um ano.

Embora o volume de financiados tenha diminuído no acumulado, o desempenho é positivo na virada mensal: os financiamentos de maio superaram os de abril em 23,1% e em 19,4% sobre os de maio do ano passado.

Nos pesados, que inclui caminhões e ônibus, houve queda ainda maior no volume de financiados no acumulado, de 12,8%, ao passar de 24,3 mil entre janeiro e maio de 2016 para 21,2 mil unidades neste ano. Neste caso, diferente dos leves, as vendas de pesados ainda seguem em retração, o que reflete diretamente no total dos veículos comprados a prazo (leia [aqui](#)).

Para motocicletas, o número de financiamentos caiu 7,4% até maio, para 252,4 mil unidades. Há um ano, este total era de 272,5 mil.

O CDC – crédito direto ao consumidor – continuou como a modalidade de maior representatividade no setor de financiamentos, com 81,7% de participação das transações de crédito realizada no mês. Consórcios vêm na sequência, com 15,8%, e leasing operacional, com 1,2%.

ZF busca parcerias para acelerar inovação

27/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Com mais de 100 anos de história, a sistemista alemã **ZF** acumula uma série de vitórias. A questão é que agora, com a revolução em curso no setor automotivo, a companhia entendeu que não basta ter competência e experiência para inovar.

É preciso também se manter aberta. Esta é a opinião de Peter Lake, membro do conselho de administração com responsabilidade pelo marketing global. “Nenhuma empresa tem monopólio de grandes ideias, por isso estamos em busca de mais colaboração”, declarou durante evento global realizado pela companhia para apresentar novidades tecnológicas à imprensa.

Por colaboração entende-se: buscar startups e empresas de tecnologia que ofereçam soluções que possam ser aproveitadas e desenvolvidas pela ZF. Uma das ferramentas criadas para isso foi a Zukunft Ventures, divisão de capital de risco da companhia criada em 2016 para investir em startups promissoras para o negócio da companhia (leia [aqui](#)). A empresa descreve seu novo braço como uma maneira de ganhar agilidade e flexibilidade, desenvolver o empreendedorismo e acessar novas tecnologias.

Um dos frutos desta iniciativa é a parceria com a Ibeo, jovem empresa alemã especializada em sensores Lidar – recurso essencial para a direção autônoma. “Eles têm a evolução da tecnologia.

Por isso, compramos participação de 40% do controle acionário. Vamos largar na frente. Muitas vezes, uma startup com duas ou três pessoas pode nos trazer grandes respostas, mostrar oportunidades que não enxergávamos sozinhos”, justifica Lake.

O próprio executivo é um dos frutos do esforço da organização para inovar. Ele, que trabalhou na TRW por mais de 15 anos, passou a ocupar a nova posição na ZF após a companhia alemã ter comprado a empresa norte-americana em maio de 2015.

“Em 2013 a ZF traçou um plano estratégico e se deu conta de que precisaria de novas frentes para atender às demandas emergentes no setor com o carro autônomo e a eletrificação”, conta Lake, apontando que a compra da TRW foi o primeiro grande passo dentro desta nova orientação.

À CAÇA DE BONS PARCEIROS TECNOLÓGICOS

Com 136 mil funcionários no mundo e € 2 bilhões aplicados na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em 2016, a ZF aumenta rápido o ritmo e a avidez por firmar novas parcerias. Desde o ano passado, a companhia já estabeleceu colaborações com a Nvidia para criar um sistema de inteligência artificial; comprou 45% do controle acionário da Astyx, que produz radares de ultra alta frequência e, ainda, se associou à Faurecia para desenvolver painel para os carros do futuro.

A tendência é que esta lista não pare de crescer. Na última semana a sistemista firmou acordo de cooperação com a Hella para tecnologias de sensor, especialmente para sistemas de câmera dianteira, imagem e radar (leia [aqui](#)). “Estamos abrindo as portas para startups de todo o mundo.

Fizemos este ano o nosso primeiro pitch com 57 empresas de todo o mundo”, conta Lake, sobre o evento que deu espaço para que as startups apresentassem suas soluções. Segundo ele, o evento atraiu empreendedores da China, Índia, México e uma série de outros países. “Há espaço para novos negócios brasileiros”, garante, deixando aberto o convite para startups do País.

O foco, diz, é encontrar empresas que ajudem a gigante alemã a alcançar a Visão Zero, meta ambiciosa de eliminar as emissões dos veículos e os acidentes com morte no trânsito. O próprio Lake admite que o segundo objetivo parece mais palpável.

“O básico para automação nós já temos, que são as câmeras, sistemas de assistência e sensores lidar. É a estrutura que precisamos para avançar. O principal desafio agora é desenvolver software e algoritmos”, aponta. O caminho é incerto, reconhece, mas ele acredita que o objetivo final está claro.

Quanto à eletrificação, no entanto, o executivo aponta que há ainda mais margem para dúvidas. “O ritmo desta evolução não está definido. Sinto que temos que ter as tecnologias e a capacidade para estarmos prontos quando for necessário”, acredita. Lake entende que a indústria precisará encontrar um caminho capaz de convergir os diversos interesses dos diversos perfis de clientes da indústria automotiva hoje.

“Temos que encontrar respostas e criar uma solução. Como disse Steve Jobs, o próprio consumidor não sabe o que ele quer”, aponta, citando que a inovação pode vir de qualquer direção.

A visão colaborativa da companhia - algo que começa a se tornar cada vez mais comum na até então fechada indústria automotiva - aparentemente já traz bons resultados, com redução dos passivos e incremento no faturamento no ano passado, diz Lake.

O primeiro semestre deste ano confirmou esta tendência positiva, garante o executivo. “Essa solidez econômica nos permite seguir em frente e buscar que o carro seja capaz

de 'ver, pensar e agir'", diz, citando o slogan da ZF que abriu mão do monopólio de grandes ideias.

Protecionismo dos EUA sobre o aço deve colocar OMC em 'saia justa', diz BBH

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Uma nova rodada de medidas protecionistas a ser tomada pelos Estados Unidos deve colocar a Organização Mundial do Comércio (OMC) em uma "saia justa" em relação ao aço, na avaliação do banco de investimentos Brown Brothers Harriman (BBH). A medida estudada pelo governo de Donald Trump pode respingar no Brasil, que é um dos cinco maiores exportadores de aço para o país.

Desde a campanha eleitoral, o presidente americano, Donald Trump, ressaltou que deseja fazer com que as obras no país sejam feitas com aço americano e, ao assumir o comando da Casa Branca, assinou um decreto que ordena uma revisão sobre as importações de aço dos EUA.

No fim deste mês, esse estudo será entregue pelo secretário do Comércio, Wilbur Ross, deixando a questão sobre como a indústria siderúrgica dos EUA será protegida pelo governo Trump. "Esse setor já é altamente protegido e o preço do aço americano é mais alto do que os preços mundiais", segundo o BBH.

Em relatório a clientes, o banco mostra que, em 2016, os EUA importaram aço de 110 países e territórios e as cinco nações que mais exportaram aço para os americanos foram Canadá, Brasil, Coreia do Sul, México e Turquia.

De acordo com o BBH, a imposição de uma nova rodada de protecionismo por parte do governo Trump "criará um perigoso dilema, que avaliará a resiliência do regime de comércio internacional". Para o banco, se a decisão da OMC for contrária aos EUA, o governo Trump pode optar por ignorar a decisão, como já ameaçou fazer. "Isso desafiaria a autoridade institucional da OMC, colocando o sistema multilateral, que os EUA ajudaram a construir, em risco."

"Alternativamente, caso as regras da OMC sejam a favor dos EUA, isso provavelmente estimularia outros países a imitar o protecionismo americano e estimular uma nova forma de comércio, enfraquecendo os ideais e práticas de livre comércio", comenta o BBH.

Porto de Antonina obtém do Ibama licença de operação para área pública

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Porto de Antonina (PR) recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a licença de operação para a área pública do terminal, segundo nota divulgada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). Até então, o porto não tinha licença para operar na área pública, o que impedia operações no local, de acordo com informações da assessoria de imprensa da Appa.

O documento emitido pelo Ibama certifica a segurança estrutural e ambiental do porto e permite a implantação de novos empreendimentos. De acordo com o comunicado, a emissão da licença faz parte de um processo de readequação e regularização ambiental pelo qual os portos do Paraná vêm passando nos últimos anos.

O Porto de Paranaguá conseguiu a licença do Ibama em 2013. O documento vale por quatro anos e exige como contrapartida uma série de condicionantes para ser mantido.

Segundo a Appa, os portos do Paraná já têm em andamento mais de 40 programas ambientais, dentre os quais iniciativas de educação ambiental, gerenciamento de resíduos sólidos, monitoramento da qualidade da água, da fumaça emitida pelos caminhões e seus ruídos e controle da biota aquática.

Dívida externa estimada é de US\$ 314,278 bi em maio, diz BC

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A estimativa do Banco Central para a dívida externa brasileira em maio é de US\$ 314,278 bilhões. Segundo a instituição, o ano de 2016 terminou com uma dívida de US\$ 321,297 bilhões.

A dívida externa de longo prazo atingiu US\$ 262,169 bilhões em maio, enquanto o estoque de curto prazo ficou em US\$ 52,110 bilhões no fim do mês passado, segundo as estimativas do BC.

De acordo com a instituição, merecem destaques na dívida externa de longo prazo no ano os desembolsos de títulos do setor financeiro (US\$ 1,4 bilhão), as amortizações dos empréstimos de outros setores (US\$ 1,4 bilhão), os títulos do governo (US\$ 250 milhões).

De maneira complementar, houve aumento decorrente de variação cambial de longo prazo (US\$ 381 milhões), e da variação dos preços dos títulos de dívida do Governo Geral (US\$ 110 milhões).

Investimento Direto no País soma US\$ 2,926 bi em maio, mostra BC

27/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 2,926 bilhões em maio, informou nesta terça-feira, 27, o Banco Central. O resultado ficou dentro das estimativas apuradas pelo Projeções Broadcast com 18 instituições financeiras, que iam de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 6,0 bilhões, com mediana de US\$ 3,15 bilhões. Pelos cálculos do Banco Central, o IDP de maio indicaria entrada de US\$ 2,8 bilhões.

No acumulado de 2017 até maio, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo soma US\$ 32,456 bilhões. Já a estimativa do BC para este ano, atualizada no último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), é de US\$ 75,0 bilhões de IDP.

No acumulado dos últimos 12 meses até maio deste ano, o saldo de investimento estrangeiro ficou em US\$ 80,720 bilhões, o que representa 4,28% do Produto Interno Bruto (PIB).

Investimento em ações

O investimento estrangeiro em ações brasileiras ficou positivo em US\$ 802 milhões em maio, informou o Banco Central. Em igual mês do ano passado, o resultado havia sido negativo em US\$ 656 milhões.

No acumulado deste ano, o saldo está no vermelho em US\$ 238 milhões. Pelos cálculos do BC, o saldo das operações de investidores estrangeiros no mercado brasileiro de ações será neutro em 2017.

Já o saldo de investimento estrangeiro em títulos de renda fixa negociados no País ficou negativo em US\$ 3,218 bilhões em maio e positivo em US\$ 17 milhões no acumulado do ano até o mês passado. Para 2017, a estimativa do BC também é de saldo neutro nas operações com renda fixa.

Em maio do ano passado, as aplicações em renda fixa foram negativas em US\$ 5,295 bilhões e, no acumulado de janeiro a maio de 2016, negativas em US\$ 12,460 bilhões. O saldo foi negativo em US\$ 26,664 bilhões no ano passado.

Taxa de rolagem

O Banco Central informou também que a taxa de rolagem de empréstimos de médio e longo prazos captados no exterior ficou em 149% em maio. Esse patamar significa que houve captação de valor em quantidade para rolar compromissos das empresas no período. O resultado ficou bem acima do verificado em maio do ano passado, quando a taxa havia sido de 55%.

De acordo com os números apresentados nesta terça pelo BC, a taxa de rolagem dos títulos de longo prazo, antes chamados de "bônus, notes e commercial papers", ficou em 263% em maio. Em igual mês de 2016, havia sido de 16%. Já os empréstimos diretos atingiram 115% no mês passado, ante 74% de maio do ano anterior.

No acumulado de 2017 até maio, a taxa de rolagem total ficou em 95%. Os títulos de longo prazo tiveram taxa de 130% e os empréstimos diretos, de 89% no período. O BC estima taxa de rolagem de 80% para 2017.

Bolsa recupera 62 mil pontos e dólar volta a R\$ 3,30

27/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Contrariando o cenário político, que deve se agravar com a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra o presidente Michel Temer e a condenação do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, a Bolsa brasileira avançou quase 2% e o dólar voltou ao patamar de R\$ 3,30.

O Ibovespa fechou o dia em alta de 1,80%, a 62.188 pontos. O giro financeiro, contudo, foi baixo, de R\$ 4,6 bilhões.

A alta foi impulsionada por ações da Petrobras, Vale e pelo segmento bancário.

Os papéis preferenciais da Petrobras ganharam 2,84%, a R\$ 12,27, enquanto os ordinários subiram 1,55%, para R\$ 12,27.

No segmento bancário, as altas foram ainda mais expressivas, lideradas pelo Banco do Brasil (+5,84%), que fechou a R\$ 26,97. Nesta segunda, a **Folha** informou que a Polícia Federal estuda formas de blindar os bancos dos danos das delações premiadas na [Operação Lava Jato](#).

Palocci, condenado por Sergio Moro a 12 anos de prisão, negocia colaborar com a Justiça e deve falar sobre corrupção nas instituições financeiras.

Os papéis do Itaú subiram 2,81%, a R\$ 36,49. Os papéis preferenciais do Bradesco ganharam 4,50%, a R\$ 27,60, enquanto os ordinários avançaram 3,41%, a R\$ 27,22. Com desempenho mais tímido, as units (grupos de ações) do Santander se valorizaram 2,24%, para R\$ 25,52.

As ações dos bancos ainda não recuperaram o patamar de preços registrado antes da delação de Joesley Batista, da JBS, que desencadeou a atual crise política.

No exterior, as Bolsas tiveram desempenho majoritariamente positivo. O índice Dow Jones ganhou 0,07%, enquanto o S&P 500 avançou 0,03%. Nasdaq recuou 0,29%.

DÓLAR

A moeda americana voltou ao patamar de R\$ 3,30 no final desta segunda. Na cotação comercial, o dólar recuou 1,10%, a R\$ 3,3020. O dólar à vista, referência para o mercado financeiro e que fecha mais cedo, perdeu 0,50%, a R\$ 3,3148.

O CDS (Credit Default Swap) caiu 1,31%, para 237,49 pontos.

Os juros futuros também recuaram. O contrato janeiro 2018 saiu de 8,995% para 8,975%. O vencimento janeiro 2021 caiu de 10,21% para 10,19%.

Cobre tem leve alta com dólar mais fraco

27/05/2017 – Fonte: EM.com

Os preços futuros do cobre exibem alta leve nesta terça-feira, beneficiados pelo enfraquecimento da moeda norte-americana após comentários do presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi.

Por volta das 7h (de Brasília), o contrato para três meses subiam 0,6%, a US\$ 1.251,90 a onça-troy, na London Metal Exchange (LME). Na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para julho subia 0,27%, a US\$ 2,6325 a libra-peso, às 9h24.

Os demais metais básicos também tinham tendência de alta na LME. O zinco subia 1,27%, a US\$ 2.745 a tonelada; o alumínio estava estável a US\$ 1.865 a tonelada; o chumbo tinha ganho de 0,87%, a US\$ 2.269 a tonelada; o estanho exibia alta de 0,14%, a US\$ 19.325 a tonelada métrica; e o níquel avançava 0,94%, a US\$ 9.110 a tonelada métrica.

A depreciação do dólar ajudou os metais hoje, disse Daniel Briesemann, analista do Commerzbank. O movimento acontece após o euro ser impulsionado por um discurso do presidente do BCE, Mario Draghi.

Em uma conferência, o dirigente monetário afirmou que a inflação no bloco comum não deve se desviar da tendência a médio prazo e que o crescimento da região está acima da tendência, o que pode se traduzir em uma retirada dos estímulos caso esse quadro se mostre firme.